

Narrativa, testemunho e resistência: articulações e tensões conceituais no campo dos estudos do discurso

Narrative, Testimony, and Resistance: Conceptual Articulations and Tensions in the Field of Discourse Studies

Glaucia Muniz Proença Lara

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
gmplara@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-3813-1850>

Luciano Magnoni Tocaia

Universidade Federal de Minas Gerais
(UFMG) | Belo Horizonte | MG | BR
lucianotocaia@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1259-2045>

Maria Alejandra Vitale

Universidad de Buenos Aires (UBA)
Ciudad de Buenos Aires | AR
alejandravitale@filo.uba.ar
<https://orcid.org/0000-0002-2746-4070>

Resumo: O presente número temático engloba quinze artigos de pesquisadores vinculados a diferentes instituições, os quais desenvolvem pesquisas, com base em abordagens teórico-metodológicas de natureza discursiva, que apresentam reflexões e/ou análises sobre narrativas de teor testemunhal, pensadas como uma possibilidade de resistência ao discurso hegemônico vigente. Privilegiar a narrativa como modo de organização do discurso permite destacar sua relação intrínseca com a dimensão temporal e com o agir humano, implicando, pois, sujeitos/narradores que, ao recuperarem, no presente da enunciação, marcas de um passado vivido ou presenciado, colocam-se como fiadores do que é dito e, ao mesmo tempo, contribuem para desestabilizar e questionar o discurso oficial, podendo contrapor-se ao negacionismo (esquecer/apagar o passado), ao silenciamento, à invisibilização social e aos estereótipos atribuídos a certos grupos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, as análises e/ou reflexões empreendidas pelos autores dos artigos possibilitam apreender e aprofundar as articulações e tensões que atravessam os conceitos de narrativa, testemunho e resistência, lançando novas luzes sobre eles e colaborando, dessa forma, para sua compreensão no campo dos estudos do discurso.

Palavras-chave: testemunho; resistência; narrativa; estudos do discurso.

Abstract: This thematic issue includes fifteen articles by researchers from different institutions who, based on theoretical and methodological approaches of a dis-



cursive nature, develop reflections and/or analyses on testimonial narratives, conceived as a possibility of resistance to the prevailing hegemonic discourse. Privileging narrative as a mode of discourse organization allows us to highlight its intrinsic relationship with the temporal dimension and with human action, thus implying subjects/narrators who, by recovering, in the present of the enunciation, marks of a past lived or witnessed, place themselves as guarantors of what is said and, at the same time, contribute to destabilizing and questioning the official discourse, being able to counteract denialism (forgetting/erasing the past), silencing, social invisibility, and stereotypes attributed to certain groups in situations of vulnerability. In this context, the analyses and/or reflections undertaken by the authors of the articles that address these issues make it possible to grasp and deepen the articulations and tensions that run through the concepts of narrative, testimony, and resistance, shedding new light on them and thus contributing to their understanding in the field of discourse studies.

Keywords: testimony; resistance; narrative; discourse studies.

1 Introdução

A ideia central deste dossiê temático surgiu a partir do desenvolvimento do projeto de pesquisa interinstitucional intitulado *Témoignage et discours de résistance: un point de vue multidisciplinaire, au croisement des sciences du langage* (Testemunho e discurso de resistência: um ponto de vista multidisciplinar no âmbito das ciências da linguagem), firmado entre o NAD (Núcleo de Análise do Discurso) da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (Brasil) e o Laboratório de Pesquisa LT2D (Lexique, Textes, Discours, Dictionnaires) da CY Cergy Paris Université (França), no quadro de um acordo de cooperação internacional entre as duas universidades entre 2019 e 2024, atualmente em fase de renovação.

Nesse projeto específico, o interesse foi investigar de que maneira o testemunho se constitui como prática discursiva de resistência, sobretudo nas esferas política e social. Assim, pesquisadores brasileiros e franceses das instituições parceiras debruçaram-se sobre discursos totalitários, negacionistas, preconceituosos, racistas, de ódio, entre outros, veiculados por meio de variadas manifestações languageiras – orais, escritas, icônicas, audiovisuais, entre outras –, buscando não apenas apreender e mapear as formas discursivas ou textuais do testemunho, mas também mobilizar diferentes quadros teóricos (enunciativo, retórico,

argumentativo) dos estudos do discurso, de modo a promover o diálogo entre perspectivas diversas e favorecer uma abordagem plural do testemunho como discurso de resistência.

Como desdobramento desse trabalho, concretizaram-se duas publicações de dossiês temáticos: uma, na França, em 2025, na Revue Sémio-linguistique des textes et discours (Semen), número 57, intitulada *Le témoignage: résistance politique et sociétale* (O testemunho: resistência política e societal), e outra, agora, no Brasil, na Revista de Estudos da Linguagem (Relin), dedicada ao tema “Narrativa, Testemunho e Resistência: articulações e tensões conceituais no campo dos estudos do discurso”. Em linhas gerais, como o próprio título do dossiê brasileiro já deixa antever, buscou-se reunir pesquisadores que, com base em diferentes abordagens teórico-metodológicas de natureza discursiva, refletem sobre/analisa narrativas – em diferentes domínios, gêneros e suportes – que, ao assumirem um viés testemunhal, funcionam, ao mesmo tempo, como (contra)discursos de resistência.

Mas, de que forma podemos pensar esses três conceitos – narrativa, testemunho, (discurso de) resistência – e articulá-los em um todo coerente? É nesse horizonte que se inscreve o presente dossiê, ao agregar contribuições resultantes desse diálogo (inter) nacional e buscar aprofundar as articulações e tensões conceituais entre narrativa, testemunho e resistência no campo dos estudos do discurso, como se mostrará a seguir.

2 A narrativa: entre o vivido e o contado

Salmon (2007) afirma que a narrativa é uma forma de contar as histórias importantes da/para a humanidade que existe desde os tempos das pinturas rupestres dos homens das cavernas. Também Charaudeau (2019, p. 154), ao se perguntar qual a finalidade da atividade linguageira do “contar” (uma história, uma narrativa), admite que tal atividade reflete a busca constante e infinita do homem por respostas a perguntas fundamentais do tipo: “Quem somos? qual é a nossa origem? qual é o nosso destino?”. Constatamos, portanto, que o contar/narrar acompanha a própria história da humanidade.

A partir da 2ª metade da década de 1990, particularmente nos Estados Unidos, houve uma espécie de “renascimento do *storytelling*”, conhecendo essa forma de comunicação um estrondoso sucesso (Salmon, 2007, p. 8). Nesse sentido, podemos dizer que temos assistido, sobretudo nas últimas décadas, a uma “disputa” de narrativas, que, não raro, criam polarizações ideológicas e que vão da discussão de assuntos mais remotos, como o Holocausto e a ditadura civil-militar brasileira, ao atual conflito Israel/Palestina, passando por questões de vacinação contra a Covid-19 e do aquecimento global, para citarmos apenas alguns exemplos. Nesse caso, vence a narrativa que é mais repetida e aceita socialmente, independentemente dos “fatos brutos”, o que, paralelamente, remete à desinformação e às *fake news*.

No entanto, não é esse tipo de narrativa que nos interessa neste momento, mas o que poderíamos chamar de “narrativas sensíveis”, ou seja, aquelas em que experiências são compartilhadas por intermédio de histórias (singulares) contadas por sujeitos que se colocam como “fiadores” do que é dito. Como admite Paul Ricœur (1983), citado por Nossik (2014), narrar é uma “operação de configuração” que permite proceder à transformação de uma multiplicidade de eventos pontuais e heterogêneos numa história coerente e significativa.

Machado e Melo (2016), retomando o trabalho de Bruner (2005), afirmam que nossa vida é rodeada por narrativas que nos parecem tão naturais como a própria linguagem. Em

outras palavras, contamos e ouvimos narrativas a todo momento, sejam elas verdadeiras ou inventadas, sejam elas reais ou tenham um ar de realidade. Essa “onipresença” da narrativa em nossas vidas leva Bruner a se indagar se seria mesmo necessário escrever um livro tratando de algo que nos é tão evidente.¹ Respondendo à pergunta de Bruner, as autoras admitem que é, sim, necessário ainda falar sobre as narrativas dada “essa sede de contar histórias que existe em cada um de nós” (Machado; Melo, 2016, p. 8), o que justifica, de acordo com elas, a importância de se compor uma coletânea que reúna artigos sobre narrativas, justificativa que tomamos emprestada para falar também deste dossiê.

No entanto, considerando as diferentes correntes teóricas que vêm se debruçando sobre o “mecanismo complexo da narrativa” (Charaudeau, 2019, p. 152), é preciso assumir um “lugar de fala” que, para nós, é o dos estudos do discurso (em sentido amplo). Mas o que é, afinal, uma narrativa? Que elementos caracterizam um texto para que ele possa ser considerado uma narrativa? Segundo Charaudeau (2019), fazer a descrição de uma sequência de ações não é necessariamente uma narrativa. Na sua opinião,

[p]ara que haja narrativa é necessário um “contador” (que se poderá chamar de *narrador, escritor, testemunha etc.*), investido de uma intencionalidade,² isto é, de *querer transmitir alguma coisa* (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se poderá chamar de *leitor, ouvinte, espectador etc.*), e isso de uma *certa maneira*, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular à sua narrativa (Charaudeau, 2019, p. 153, grifos do original).

Quando trata dos modos de organização do discurso, o autor assevera que o modo narrativo se caracteriza por uma dupla articulação: 1) “*a organização da lógica narrativa*”, entendida como uma sucessão de ações, segundo uma “lógica acional”, que vai constituir a trama de uma história; 2) “*a organização da encenação narrativa*”, ou seja, daquilo que faz com que uma história, com a sua organização acional, se torne um “*universo narrado*” (Charaudeau, 2019, p. 157-158; grifos do original).

A partir dessa dupla articulação, é possível afirmar que a narrativa mantém uma relação privilegiada com a dimensão temporal e com o agir humano, ao mesmo tempo em que implica uma tensão entre (efeitos de) realidade e (efeitos de) ficção (Charaudeau, 2019; Delory-Momberger, 2016). Nessa perspectiva, contar é uma atividade posterior à existência de uma “realidade passada” (inventada ou não), implicando, simultaneamente, o nascimento de um outro universo: o “universo contado”. Nesse sentido, nada garante que uma dada narrativa possa ser “o reflexo fiel de uma realidade passada”, ainda que ela tenha sido vivida pelo sujeito que (se) conta (Charaudeau, 1992, p. 712-713). Complementando o que diz Charaudeau (1992), Canut e Sow (2014) destacam que uma narrativa não tem um estatuto de “verdade”, no sentido de que o pesquisador deve dar conta de uma realidade fora da linguagem. Isso implica que o discurso constrói sua própria verdade e, por isso, o mais adequado seria falar em *dizer-verdadeiro*, posição que assumimos neste dossiê.

¹ O autor se refere ao livro de sua autoria: *Pourquoi racontons-nous des histoires?* (“Por que contamos histórias?”, em tradução livre).

² Charaudeau (2019) pondera, no entanto, que a intencionalidade não exclui significações não conscientes das quais o contador poderia ser o portador involuntário.

Essa questão será retomada na discussão sobre o testemunho, mas adiantamos que, neste dossiê, não estamos privilegiando a narrativa no seu viés histórico ou jurídico, o que, em tese, exigiria uma fidelidade aos fatos, já que “a ficção contamina e dissolve o teor de verdade” daquilo que é dito, fazendo-o perder a sua chancela de “prova” (Seligmann-Silva, 2008, p.71-72). Preferimos, portanto, em consonância com o autor, falar em “narrativa testemunhal”, sem perder de vista a posição de Charaudeau (2019) quanto ao fato de que nela “universo contado” e “realidade passada” não se confundem.³

Ademais, quando se trata de buscar na memória lembranças de um passado mais ou menos remoto que se quer, por alguma razão, (re)contar no *aqui/agora*, é preciso prever a possibilidade – sempre presente – de porosidades e lacunas, o que resulta na produção de uma história complexa e heterogênea (Lara, 2021, 2023; Moreira, 2018).

Assumindo uma posição bastante próxima à de Canut e Sow (2014) e de Charaudeau (2019), Nora (1993) admite que a memória está em constante transformação, sendo, pois, passível não apenas de alterações em seu curso, mas também de esquecimentos. Assim, se o lugar de memória poderia auxiliar quem dele se vale a relembrar um tempo que não existe mais, ou seja, poderia dar vida ao passado, permitindo compreender o próprio presente, não se pode perder de vista que o lembrar jamais trará à tona a vivência real. É preciso ter em mente, portanto, que estamos diante de “uma reconstrução sempre problemática e incompleta” (Nora, 1993, p. 9), que nem por isso perde seu valor como narrativa.

É importante frisar, finalmente, que, apesar de importantes variações que perpassam uma narrativa individual – já que cada sujeito é único e sua experiência e o modo de narrá-la, singulares –, é por meio dela que o sujeito define seu lugar social e sua interação com os outros, o que significa que individual e social andam juntos e se articulam no escopo da narrativa. Inspirados em Halbwachs, podemos dizer, então, que a nossa memória se inscreve na memória do coletivo a que pertencemos, havendo um processo de “negociação” para conciliar memória coletiva e memórias individuais (Turpin; Lara; Tocaia, 2025). Como, então, associar narrativa e memória à questão do testemunho? A seguir, apresentam-se algumas reflexões.

3 O testemunho como prática discursiva

Desde as últimas décadas do século XX, o testemunho vem se consolidando como um objeto discursivo cada vez mais estudado, questionado e problematizado, sendo progressivamente adotado como instrumento de pesquisa nos estudos da linguagem (e sociológicos), em razão do caráter “humano” que confere aos materiais analisados. O interesse em rememorar, narrar e reconfigurar as experiências vividas em meio a discursos considerados opressivos ou injustos, marcados tanto pela invisibilidade social e pela contestação do poder estabelecido quanto pelo negacionismo e pelos estereótipos associados a determinados grupos em situações de vulnerabilidade e exclusão, constitui uma marca característica de dizeres que, ao observar e tratar da vida social, mantêm contato empírico e contemporâneo com aquilo que se pode denominar “documentos humanos” (Tocaia, 2024, p. 3). Trata-se de testemunhos de natureza diversa, produzidos em distintos níveis de distanciamento em relação aos acontecimentos e

³ Não podemos, além disso, perder de vista que uma narrativa pode assumir um caráter eminentemente ficcional, sobretudo quando se trata de gêneros do domínio literário.

resultantes de variadas situações de enunciação, tais como contextos de guerra, de catástrofes e de silenciamento social, manifestados em diferentes suportes – livros, manuscritos, jornais, vídeos –, bem como em situações marcadas por violência, trauma, perseguição, comissões de verdade e justiça, ou outras instâncias nas quais o sujeito é afetado de modo intenso e durável.

Diante disso, a emergência do testemunho como problema teórico-discursivo se impõe. Pensar o conceito de testemunho não é tarefa das mais fáceis, dada a complexidade da trama discursiva na qual se articulam inúmeros registros e abordagens – literária, jurídica, histórica, religiosa, sociológica, antropológica. Inúmeras definições se entrelaçam na tentativa de cercar um objeto que se situa em um cruzamento instável de domínios teóricos, práticas sociais e de linguagem, modos de enunciação, o que dificulta sua fixação como categoria homogênea e sua redução a um formato único e unívoco. Podemos, entretanto, apontar para algumas posições teóricas, sem a pretensão de esgotar o assunto.

Em primeiro lugar, situados no quadro das ciências da linguagem, consideramos o testemunho como um “ato plurisemiótico e persuasivo, no qual um sujeito torna presente uma experiência passada que viveu ou da qual foi testemunha, assumindo, assim, a responsabilidade pelo que é dito”. (Turpin; Lara; Tocaia, 2025, p. 11). Testemunhar, nessa perspectiva, é uma ação discursiva que não recai única e exclusivamente sobre experiências do passado, mas que busca criar adesão, construir credibilidade, criar efeitos de sentido de convencimento e legitimidade no momento do dizer. O testemunho é, nesse sentido, menos comprometido com a veracidade factual do acontecimento, e mais com o compromisso do sujeito com o ato de testemunhar.

Ainda no mesmo quadro, Christian Plantin (2021), no verbete *Témoignage* de seu *Dictionnaire de l'Argumentation*, define o testemunho como um “ato de linguagem que assume a forma de um argumento de autoridade: a testemunha T diz que P, logo P”, e acrescenta a seguinte sequência para elucidar as condições de produção dos testemunhos:

- A questão Q atualmente discutida está ligada a um evento E relevante para uma comunidade.
 - Os interlocutores centrais da discussão não têm acesso direto a E.
 - T encontrava-se em posição de recolher diretamente informações sobre E.
 - T afirma que P.
- A avaliação do testemunho incide sobre:
- Sua admissibilidade.
 - A credibilidade da testemunha.
 - A credibilidade do testemunho. (Plantin, 2021)

Uma definição como a proposta por Plantin (2021) baseia-se em uma concepção argumentativa e pragmática do testemunho, orientada menos para a experiência vivida e mais para o funcionamento do testemunho em situações de debate, controvérsia ou decisão. Se, na definição anterior (Turpin; Lara; Tocaia, 2025), o foco estava na relação entre a experiência vivida, a linguagem e o sujeito, sensível às dimensões discursiva, narrativa e semiótica do testemunho, nesta o foco recai sobre o estatuto argumentativo do testemunho em situações de controvérsia, em que o interesse não está na experiência em si, mas no funcionamento do testemunho como argumento em uma situação de discussão.

Bethania Mariani, ao recortar o testemunho como objeto discursivo de pesquisa, considera-o “como dizeres que se configuram como necessários e emergenciais, urgentes para sujeitos afetados em suas vidas por uma violência imposta”. (Mariani, 2021, p. 20). Cabe à autora a dicotomia entre os ditos “testemunhos de resistência”, ou seja, “aqueles que, com dizeres possíveis, lutam contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas [...] que retornam ao indizível da história para não deixar cair no esquecimento o que foi uma violência”, e os “testemunhos de revolta”, ou “aqueles que se propagam no calor da historicidade em que o laço social foi atingido [...] flagrados no cotidiano [...] discursividades em que não é preciso um ousar para se revoltar, a revolta acontece no sujeito” (Mariani, 2021, p. 20).

Uma segunda contribuição bastante proveitosa dessas pesquisas, que já foi discutida também no caso da narrativa (testemunhal), é associar ao estudo dos testemunhos a noção de memória, ou seja, considerar o testemunho como sendo da ordem do rememorar, mas esse rememorar sendo compreendido discursivamente, o que equivale dizer que se distancia de uma memória-arquivo, ilusão de uma plenitude do lembrar. Dessa forma, o testemunho não seria uma expressão direta de um acontecimento prévio plenamente constituído, mas fruto de um processo de significação que se realiza no e pelo discurso.

Para Mariani (2021, p. 42), “a memória discursiva não é sem os furos do esquecimento. Memória furada, pois somos sempre constituídos por um esquecimento fundamental, o recalcado”. Completa a autora: “memoriável, no testemunho, é um nome para dar ao encontro do real da história, do real da língua e do real do inconsciente. É impossível tudo dizer e tudo lembrar. No testemunho, entra em jogo um funcionamento enunciativo do registro do memoriável”. Tal compreensão vê a memória não como um repositório ou acervo estável do passado, mas como um efeito discursivo, historicamente constituído, que se atualiza de acordo com as condições de produção do ato de testemunhar (Mariani, 2021, p. 42).

Complementarmente a essa perspectiva e compreendendo o testemunho como tecido da linguagem, é prudente lembrar, considerando-se a opacidade da linguagem, que não cabem julgamentos que opõem a verdade à mentira, como se fosse possível tudo dizer. Como foi salientado anteriormente, analisar discursos implica, sobretudo, buscar o *dizer-verdadeiro*, distante da lógica de verificação factual e de um critério externo de validação que ignora a natureza enunciativa do testemunho. Lembremos, para esse fim, que regimes do verdadeiro/falso são construções internas ao discurso, reguladas por contratos e modalidades, e não reflexos diretos do real.

Embora historicamente o conceito de testemunho encontre suas origens no campo jurídico, a literatura é, também, terreno fértil para sua propagação. A partir do século XX, uma forma específica de testemunho parece emergir: a literatura de testemunho. Em um mapeamento de suas temáticas, estão, dentre outras, as duas grandes guerras do século passado, o Holocausto, as ditaduras latino-americanas e outros contextos trágicos, como os genocídios de Ruanda ou do Camboja. Nesses estudos, destacam-se os trabalhos de Márcio Seligmann-Silva (2008, 2022), nos quais o conceito de “literatura de testemunho” dá lugar a uma “face da literatura que veio à tona na nossa época de catástrofes e que fez com que toda a história da literatura – após 200 anos de autorreferência – fosse revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o ‘real’”. (Seligmann-Silva, 2022, p. 373).

Como o autor busca mostrar em suas pesquisas, o conceito de testemunho traz em si uma série de questões que polemizam a reflexão sobre a literatura ao questionar as fronteiras entre o literário, o fictício e o descritivo. Para Seligmann-Silva (2008, 2022), principalmente

a partir de seus estudos sobre a Shoah e outras experiências, testemunhar não é apenas o relato de um fato, mas um gesto discursivo atravessado pelo trauma. Se a experiência do trauma anula a possibilidade de uma narração linear, transparente e referencial, é nesse momento que a literatura ganha destaque por oferecer estratégias indiretas e lacunares para dizer o indizível. A literatura, portanto, não estetiza ou suaviza o testemunho, mas viabiliza sua enunciação nos limites da linguagem comum e cotidiana.

Outras áreas do conhecimento (sociologia, filosofia, antropologia, religião) podem também servir-se dos testemunhos em suas práticas de pesquisa e intervenção, interpretando-os como caminhos privilegiados de acesso às experiências sociais vividas. É a partir dessa compreensão – do testemunho como discurso, como narrativa e como prática social situada – que se torna possível considerá-lo como forma de resistência, sem afastá-lo das condições históricas, enunciativas e semióticas que tornam o dizer testemunhal possível e significativo.

Por fim, perguntamo-nos se o testemunho pode ser considerado um gênero discursivo autônomo. Não há consenso a esse respeito. Alguns pesquisadores, como Marco (2004), Moïse e Hugonnier (2019), Hugonnier e Moïse (2023) consideram-no um gênero discursivo, tanto a partir de uma perspectiva bakhtiniana quanto de outras abordagens que adotam o conceito como um de seus eixos teóricos. Outros pesquisadores, no entanto, problematizam essa classificação. Fontanille (2007), por exemplo, afirma que o testemunho é muito mais um “pseudogênero” que atravessa diferentes gêneros discursivos já cristalizados como o romance, a autobiografia, o documentário, o diário íntimo, entre tantos outros.

Nessa perspectiva, que é a assumida neste dossiê, o testemunho será tratado como um “regime de crença” (Fontanille, 2007), que pode ser convocado por uma gama variada de gêneros discursivos e ser modificado de acordo com características específicas de produção desses gêneros. Dessa maneira, preferiremos, consoante essa perspectiva, falar de textos ou de narrativas com teor testemunhal.

Além de seu estatuto discursivo e de suas implicações epistemológicas, o testemunho pode funcionar igualmente como um discurso de resistência. Ao dar voz a experiências silenciadas ou marginalizadas, ele mobiliza a capacidade de questionar, contestar e, em certos contextos, opor-se a discursos e narrativas socialmente instituídas como hegemônicas, opressivas, injustas ou marcadas pela violência e pelo trauma. É nessa dimensão política e ética do dizer testemunhal – que desloca sentidos estabilizados e tensiona regimes dominantes de interpretação – que se inscreve a discussão desenvolvida na seção seguinte, dedicada à relação entre testemunho e resistência.

4 O testemunho como (discurso de) resistência

O testemunho como prática discursiva de resistência tem sido amplamente pensado em relação ao Holocausto. De fato, ao analisarem os primeiros testemunhos dos sobreviventes da experiência concentracionária durante o nazismo, Pollak e Hernich (1986) sustentam que eles foram apresentados por aqueles que os produziram como uma forma de resistência, que consistiria em querer sobreviver para poder testemunhar. Predomina, assim, a vontade de fixar a memória e transmiti-la aos outros, em conexão com o que Levi (1995) chamou de “dever da memória”, que é também resistência ao esquecimento. Na mesma linha, Robin (2003) afirma que, durante o nazismo, na maioria dos guetos, as pessoas começaram a escrever testemunhos

como última resistência contra o esquecimento e a morte. Após a guerra, os testemunhos também foram uma forma de resistência, mas, nesse caso, contra os fantasmas provocados pelos traumas. A partir do julgamento de Eichmann, os testemunhos das vítimas foram, no âmbito do dever de justiça, uma resistência contra a impunidade dos crimes dos perpetradores.

Stephen (2013), por sua vez, refletiu sobre a relação entre testemunho e resistência a partir de sua ligação com a reivindicação de direitos nos movimentos sociais, já que isso permite que os grupos silenciados falem e sejam ouvidos, construam visões alternativas de participação política e cultural e formulem novas formas de identidade. No caso dos testemunhos perante as Comissões da Verdade implementadas na América Latina por violações dos direitos humanos, o autor considera que as vozes das histórias não oficiais são cruciais para mudar a verdade estabelecida sobre o que aconteceu no passado e também para a produção de compreensões alternativas desse passado.

Os testemunhos das vítimas da repressão, reunidos e registrados em arquivos orais criados por instituições públicas que implementam políticas de memória, funcionam como resistência ao discurso dos perpetradores e aos arquivos do poder das forças de segurança, como, por exemplo, os arquivos policiais ou dos serviços de inteligência. Na verdade, esses testemunhos questionam dialogicamente o caráter monológico do discurso autoritário dos perpetradores, especialmente porque introduzem a heterogeneidade ao formularem pontos de vista diferentes, atuando como contradiscursos e reconfigurando a identidade das vítimas (Vitale, 2025). No âmbito jurídico, os testemunhos das vítimas produzidos no contexto de processos de justiça transicional, como os desenvolvidos na Argentina, resistem contra a impunidade daqueles que cometeram crimes e violações dos direitos humanos durante as ditaduras militares que a América Latina sofreu no século XX.

O testemunho de grupos subalternos desafia as histórias reificadas que procuram encerrar o sentido do passado em benefício dos poderosos. Nessa perspectiva, enquanto construtor de memórias, o testemunho permite a formação de memórias contra hegemônicas. Como afirma Pollak (1989), privilegiar a análise dos discursos dos excluídos, dos marginalizados, torna possível evidenciar memórias subterrâneas, que integram culturas dominadas e minoritárias e que se opõem à memória oficial.

A chamada virada testemunhal empodera, sublinha Seligmann-Silva (2024), novas narrativas nas quais os explorados assumem o papel de narradores das suas histórias. Essa virada testemunhal como prática de resistência é, ao mesmo tempo, uma virada descolonial, que desconstrói sentidos e identidades que foram impostos pelos poderes coloniais. Nesse contexto, ganha relevância o chamado teor testemunhal, ou seja, qualquer conteúdo presente numa obra (de natureza semiótica diversa), seja explícito ou implícito, que possibilite a análise ou a interpretação de relações de poder díspares e uma leitura “a contrapelo” da história, que questiona a violência física, psicológica ou simbólica. Recupera-se, então, a frase memorável de Walter Benjamin, segundo a qual todo documento de cultura é, ao mesmo tempo, um documento de barbárie, sendo possível ler nesses documentos de cultura as marcas da exploração, do sofrimento e da violência. Para se pensar a relação entre testemunho e resistência, ganha, pois, relevância a questão dos usos, funções e apropriações do testemunho no presente por parte de instituições e auditórios diversos (Jelin, 2017).

Para Mariani (2021), a partir de uma perspectiva discursiva que retoma a psicanálise, o testemunho de resistência, como foi dito anteriormente, luta contra os sentidos dominantes das ideologias hegemônicas. A autora acrescenta que ele é marcado por uma tentativa

de dizer eticamente, pela emergência de uma verdade de outra ordem e que só pode ser semidita. Nesse caso, narra-se o que significou ser dessubjetivado por um acontecimento de violência passada, o que provoca um deslocamento no processo de identificação que antes sustentava o discurso do testemunho.

Uma vez delineados os três conceitos – narrativa, testemunho e (discurso de) resistência – que orientaram nossa discussão, procuramos organizar um pequeno painel que possa mostrar as ideias de diferentes colegas sobre a questão, explorando as tensões e as complementaridades entre as noções descritas, numa perspectiva interdisciplinar, o que é próprio dos estudos do discurso. Passemos, então, à apresentação dos artigos que compõem o número temático. A ordem que adotamos é aleatória, dada a diversidade dos textos, dos conceitos mobilizados e das metodologias utilizadas pelos autores.

Em *O incomunicável como mecanismo de resistência na esfera do discurso testemunhal da catástrofe histórica*, Adriana Elisa Inácio investiga a “crise de comunicação” que se instaura diante do testemunho da catástrofe histórica. Aponta, nesse sentido, uma espécie de impossibilidade discursiva, seja de ordem comunicativa (a experiência é “indizível”), seja de ordem assimilativa (a experiência é “incognoscível” ou “indecifrável”). A partir de uma reflexão consistente, com base na Semiótica Francesa (sobretudo na sua vertente tensiva), a autora conclui que essa crise parece envolver dois actantes que manifestam uma incompatibilidade tensiva, podendo ainda ser tomada, a um só tempo, como estratégia discursiva de veridicção e como um mecanismo de resistência, ou seja, como uma ferramenta de recuperação e conservação da intensidade radical da violência sofrida, impedindo sua possível banalização.

Já Paulo Henrique Aguiar Mendes e Flávia Aparecida Ribeiro Soares analisam o *Jornal A Sirene* como instância produtora de narrativas testemunhais que constituem práticas discursivas de resistência das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão (Mariana), em 2015. No artigo *Da memória à narrativa testemunhal: o Jornal A Sirene como discurso de resistência à mineração*, os autores propõem uma metodologia qualitativa, de natureza heurística, e se valem de uma fundamentação teórica, que, embora diversificada, articula com precisão as categorias mobilizadas, entre as quais destacamos as noções de *memória* e de *testemunho*, conectando-as ainda, de maneira bastante proveitosa, à análise pragmática da narrativa. Os resultados apontam o referido jornal como um mecanismo de preservação da memória e da mobilização das comunidades atingidas contra o poder hegemônico das mineradoras envolvidas e contra a impunidade.

Aginaldo Almeida, por sua vez, no artigo intitulado *O funcionamento do discurso de testemunho: relato de um percurso de pesquisa*, retoma alguns postulados teóricos da análise materialista do discurso e, em seguida, voltando-se para a noção de testemunho, articula-o às noções correlatas de resistência e de revolta, tomadas do ponto de vista discursivo, para analisar os testemunhos de Primo Levi, sobrevivente ao Holocausto (1941-1945), em *É isto um homem?* (1947) e *Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades* (1986); e de Frei Betto, encarcerado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), em *Cartas da prisão* (2017). Mesmo que se trate de um percurso de pesquisa ainda em andamento, a reflexão empreendida pelo autor é bastante profícua para mostrar a importância da continuidade da análise do testemunho em sua espessura linguístico-histórica.

Em *Rememorar e resistir: o crime da praia dos ossos*, Helcira Maria Rodrigues de Lima examina, à luz da análise da argumentação no discurso, a narrativa construída no podcast *Praia dos Ossos* (Rádio Novelo, 2020) que versa sobre o feminicídio da socialite mineira Ângela

Diniz (1976). Instituído-se como “um lugar de memória”, tal narrativa funcionaria como uma manifestação de discurso de resistência, não apenas porque contesta forças hegemônicas, mas também pela sua natureza polêmica e polifônica, projetando a narradora, nesse caso, um *éthos* testemunhal. Por meio de um trabalho cuidadoso de análise de trechos do podcast, a autora conclui que revisitar esse crime e seus desdobramentos (políticos, jurídicos e sociais), além de possibilitar a reconstrução de uma imagem mais justa da vítima, estabelece um diálogo urgente com os dados contemporâneos do *Atlas da Violência contra a Mulher* (2023). Assim, resgatando a memória de Ângela Diniz, o podcast e o artigo correspondente tornam-se importantes ferramentas para atualizar o debate sobre os feminicídios no Brasil.

Arthur Walber Viana, em seu artigo *Ruaologia e os saberes comunicacionais do Boca de Rua*, traz um tema bastante original, que consiste em investigar os saberes comunicacionais que emergem das práticas de um jornal porto-alegrense, o *Boca de Rua*, produzido e vendido por pessoas em situação de rua, em parceria com a Alice (Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação). O autor adota uma abordagem etnográfica, fundamentada em observações-participantes e em entrevistas, visando capturar rotinas e percepções dos “jornalistas” do *Boca de Rua* sobre a comunicação que produzem. A constatação final é a de essa comunicação não está só no produto (um jornal), mas nas forças que animam mudanças e que ressignificam o “morar na rua”, reorganizando espaços públicos e papéis sociais, o que funcionaria, portanto, como um discurso (e um gesto) de resistência.

À luz da Análise do Discurso Francesa, a partir da perspectiva discursiva dos trabalhos de Michel Foucault e de seus comentadores, João Paulo Santos Batista, Maria Graziela Correia dos Santos e Jocenilson Ribeiro analisam o minidocumentário *El apagón - Aquí vive gente*, relativo ao território americano (não incorporado) de Porto Rico. As análises e as reflexões empreendidas pelos autores no artigo *Porto Rico e a coragem da verdade: uma análise discursiva do minidocumentário “El apagón – Aquí vive gente”* revelam o caráter crítico do minidocumentário, que pode ser visto como uma obra artística de resistência e contrária às explorações socioeconômicas dos Estados Unidos sobre Porto Rico. O conceito foucaultiano *coragem da verdade* a que se faz referência no título do artigo aponta para o fato de que alguns testemunhos utilizados no minidocumentário fazem uso da franqueza, mesmo diante de perigos; assumem a liberdade de expor relatos com o intuito de ajudar um dado grupo, além de desvelarem o confronto de interesses entre “vencedores” e “vencidos”.

Em “*Ocupar e resistir*”: vozes que testemunham uma resistência, Marinazia Cordeiro Pinto analisa as narrativas testemunhais como formas de resistência, a partir da filosofia de Jacques Derrida. A autora toma como referência empírica as ocupações de escolas ocorridas no Brasil em 2016, que atravessam toda a argumentação. Seu texto problematiza a possibilidade de narrar um acontecimento, enfatizando os limites e tensões próprios do testemunho, bem como discute, nesse contexto, as noções de verdade e mentira implicadas nos relatos. Ao articular testemunho e narrativa, as reflexões da pesquisadora evidenciam o caráter discursivo dessas experiências.

Irene Cristina Kohler e Ângela Derlise Stübe, no artigo intitulado *Testemunhos de sujeitos-professores de línguas: dizeres sobre o Novo Ensino Médio e seus itinerários*, refletem sobre os dizeres de sujeitos-professores de línguas como testemunhos produzidos sobre as condições instauradas pela reforma do Ensino Médio. Ancoradas no quadro teórico da Análise de Discurso de linha francesa, Kohler e Stübe tomam esses enunciados como inscrições marcadas pelo deslocamento e pela flexibilização curricular e assumem o testemunho como gesto

discursivo atravessado por memória e resistência, que não se fecha em sentidos estabilizados. Nesse funcionamento, o sujeito-professor reinscreve sua experiência para além da política oficial, e o testemunho emerge, assim, como insistência que desestabiliza consensos e produz outras escutas sobre a escola pública.

Discutir a narrativa testemunhal como forma de resistência política a partir da rememoração da experiência de homossexuais perseguidos pelo nazismo é o objetivo central do artigo *A narrativa testemunhal como resistência à melancolia na jornada de Rudolf Brazda, homossexual deportado para o campo de Buchenwald*, de Fábio Ávila Arcanjo. Tomando como foco a trajetória de Rudolf Brazda, deportado para o campo de concentração de Buchenwald, e fundamentando-se na Análise do Discurso pêcheutiana, o autor (re)pensa o testemunho como acontecimento inscrito, de modo inequívoco, em uma memória marcada por apagamentos e hierarquizações entre as vítimas do regime nazista. A narrativa, analisada como gesto de confronto às formações discursivas que interdita o dizer, articula testemunho, trauma e resistência, evidenciando o movimento entre melancolia e trabalho de luto como dimensão política.

Raquel Abreu-Aoki e Andrea Machado de Almeida Mattos, em *Afeto, pós-memória e resistência no discurso testemunhal: uma análise linguístico-discursiva do relato de Nair Kobashi*, analisam o discurso testemunhal de Nair Yumiko Kobashi, ex-presa política da ditadura civil-militar brasileira, focalizando a articulação entre afeto, memória e resistência. A partir de uma abordagem linguístico-discursiva, o texto examina como o testemunho ressignifica a experiência do cárcere por meio de práticas cotidianas, vínculos solidários e mobilização dos afetos. O testemunho é compreendido como contradiscurso que confronta o silenciamento histórico e a narrativa oficial da repressão, emergindo, assim, como gesto ético-político de resistência simbólica.

Tielly dos Reis Gomes, Rafael De Souza Timmermann e Ana Lília Carvalho Rocha, no texto *Ethos discursivo em Atos Humanos: memória, resistência e teor testemunhal na obra de Han Kang*, observam como se dá a construção do *éthos* discursivo na obra *Atos humanos*, da escritora coreana Han Kang, enfatizando seu teor testemunhal. A narrativa literária é examinada, pelos autores, como forma de resistência ao silenciamento e ao apagamento da memória do Massacre de Gwangju. Ao articular memória, trauma e resistência, o texto evidencia o entrelaçamento entre literatura, história e testemunho, sendo o conceito de *éthos* discursivo compreendido como elemento central na legitimação das vozes narrativas. A obra é lida, portanto, como instrumento ético-político de enfrentamento da narrativa oficial e, nesse processo, o resgate da memória configura-se como gesto de resistência e reparação histórica.

O artigo intitulado *A condição feminina nos relatos de tortura sexual às Comissões da Verdade no Brasil e na África do Sul*, de Giovana Martins de Castro Marchese, Camila Cristina de Oliveira Alves e Rehema Bona Abiyo, tem como objetivo compreender como o gênero é performado em testemunhos sobre violência sexual de ex-presas políticas, que foram apresentados à Comissão Nacional da Verdade, no contexto do regime ditatorial-militar brasileiro, e à Comissão da Verdade e Reconciliação, no contexto do apartheid sul-africano. À luz das formulações de J. Butler, em diálogo com R. Segato e M. Foucault, as autoras observam que os relatos coincidem em relação ao fato de que as sessões de tortura são um microcosmo do patriarcado, no qual se busca que os corpos femininos ocupem o lugar do espaço privado, voltados para o cuidado familiar e subalternizados.

Em *Entrelaçar as vozes da cura: uma leitura de 'Desterros: histórias de um hospital-prisão'*, de Natalia Timerman, Luciana Paiva de Vilhena Leite estuda o dispositivo narrativo, centrando o

olhar nas vozes de duas personagens femininas: a de Donamingo e de sua psiquiatra, que é o sujeito-narrador da trama. Timmerman é, além de escritora, médica psiquiatra que trabalha no Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário, único hospital que atende às demandas de saúde dos presos do estado de São Paulo. Percebe, assim, que as vozes narrativas das personagens oscilam entre narrar a si mesmas e narrar as condições que o próprio sistema carcerário atravessa, uma vez que essas vozes falam em um duplo confinamento: o da prisão e o do hospital.

Cecilia de Aquino Barbosa e Amana Rocha Mattos, em *Relações raciais, psicanálise, discurso e o legado quatro autoras negras brasileiras*, voltam-se para a produção de quatro autoras negras brasileiras, que se mostram fundamentais para os campos psicanalítico e da psicologia clínica, especialmente, no que tange às articulações entre relações raciais e subjetividades. São elas: a psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza; a psicóloga e psicanalista Isildinha Baptista Nogueira; a psicóloga, com atuação no campo das organizações, Maria Aparecida da Silva Bento; e a historiadora, filósofa e cientista social Lélia Gonzalez. O artigo analisa como as suas obras rompem com o silenciamento do racismo, que ocorre nos cursos de Psicologia, e retomam ditos dos movimentos da negritude, das lutas quilombolas e anticoloniais, estimulando o reconhecimento e o enfrentamento das ideologias que permeiam os profissionais da área psi.

O propósito de *Minando a resistência: o discurso empresarial como estratégia de silenciamento em território de mineração*, de Ana Vitória Alkmim de Souza Lima e Janaína Alves More, é analisar, com base na Análise Crítica do Discurso (ACD), as estratégias discursivas adotadas por uma empresa multinacional mineradora, após o rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho, MG, em 2019. O discurso da empresa, que busca reorganizar a sua autoridade simbólica e gerir a crise da sua reputação, é contrastado com relatos da população afetada. Verifica-se que emergem narrativas de teor testemunhal, por meio das quais os sujeitos afetados resistem aos enquadramentos institucionais e inscrevem memórias subterrâneas que desestabilizam a versão oficial dos fatos.

Ao reunir contribuições que exploram as articulações e tensões entre narrativa, testemunho e resistência, esperamos ampliar o debate sobre um tema cada vez mais atual e relevante no campo dos estudos do discurso, fomentar novos posicionamentos teóricos e analíticos e incentivar investigações que, ao problematizarem essas categorias, contribuam para o adensamento crítico do campo.

Referências

- BRUNER, J. *Pourquoi racontons-nous des histoires?* Paris: Pocket, Département d'Univers Poche, 2005.
- CANUT, C.; SOW, A. Les voix de la migration. Discours, récits et productions artistiques. *Cahiers d'Études africaines*, Paris, v.1, n. 213-214, p. 9-25, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/etudesafriques.17578>.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette, 1992.
- CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. Trad. Aparecida L. Pauliukonis e Ida Lucia Machado. São Paulo: Contexto, 2019.
- DELORY-MOMBERGER, C. La recherche biographique ou la construction partagée d'un savoir du singulier. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v.1, n. 1, p. 133-147, 2016. DOI: <https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2016.v1.n1.p133-147>.

- FONTANILLE, J. Ethos, pathos, et persuasion: le corps dans l'argumentation. Le cas du témoignage. *Semiotica*, n. 163, p. 85-109, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1515/SEM.2007.006>.
- HUGONNIER, C.; MOÏSE, C. Témoignage. In: LORENZI-BAILLY, N.; MOÏSE, C. (éds.). *Discours de haine et de radicalisation*. Les notions clés. Lyon: ENS Éditions, 2023. p. 503-510.
- JELIN, E. *La lucha por el pasado. Cómo construimos la memoria social*. Siglo XXI: Buenos Aires, 2017.
- LARA, G. M. P. *Vivendo do outro lado do Atlântico: histórias de brasileiros em Portugal*. Coimbra: Grácio Editor, 2021.
- LARA, G. M. P. *Entre experiências e memórias: narrativas de vida de brasileiros na Europa*. Campinas: Pontes, 2023.
- LEVI, P. *Le devoir de mémoire*. Paris: Mille et une nuits, 1995.
- MACHADO, I. L.; MELO, M. S. de S. (orgs.). *Estudos sobre narrativas em diferentes materialidades discursivas na visão da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: NAD, 2016.
- MARCO, V. de. Literatura de testemunho e violência de Estado. *Lua Nova*, n. 62, p. 45-68, 2004. DOI: 10.1590/s0102-64452004000200004.
- MARIANI, B. *Testemunhos de resistência e revolta: um estudo em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 2021.
- MOÏSE, C.; HUGONNIER, C. Discours homophobe. Le témoignage comme discours alternatif. *Semen*, Besançon, n. 47, p.1-16. jun. 2019. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.12795>.
- MOREIRA, G. M. *Figures de migrants brésiliens en France: approche anthropologique et sociolinguistique*. 2018. 1495f. Thèse (Doctorat en Linguistique) – Université Paul Valéry - Montpellier III, 2018.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Proj. História*, São Paulo, , n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- NOSSIK, S. Introduction: Le récit de soi entre conformisme et émancipation. *Semen*, Besançon, n. 37, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9853>.
- POLLAK, M.; HEINICH, N. Le témoignage. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 62-63, p. 3-29, juin 1986. L'illusion biographique.
- PLANTIN, C. Témoignage. *Dictionnaire de l'argumentation*. Disponível em: <https://argumentation.fr/dictionnaire/temoignage>. Acesso em: 5 fev. 2026.
- ROBIN, R. *La mémoire saturée*. Paris: Editions Stock, 2003.
- SALMON, C. *Storytelling, la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La Découverte, 2007.
- SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma – A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.
- SELIGMANN-SILVA, M. *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.
- SELIGMANN-SILVA, M. El testimonio como estrategia de resistencia y como reexistencia, *Calibán -RLP*, Rio de Janeiro, v. 22, n.1, p. 168-177, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3917/rfp.791.0290>.

STEPHEN, L. *We are the face of Oaxaca. Testimony and Social Movements*. Durham and London: Duke University Press, 2013.

TOCAIA, L. M. Testemunhos de pessoas em situação de rua: quais são suas histórias de resistência? *Revista Letrônica*, v. 17, n. 1, p. 1–18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2024.1.46206>.

TURPIN, B.; LARA, G. M. P; TOCAIA, L. M.; Introduction: Le témoignage comme acte de discours et dispositif de référencement, *Semen*, Besançon, n. 57, p. 11-24 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/15i5k>.

VITALE, M. A. Témoignage, dialogisme et résistance face à la voix des perpétrateurs. Un cas extrait des Archives orales de la mémoire en Argentine, *Semen*, Besançon, n. 57, p. 41-54, 2025. DOI: <https://doi.org/10.4000/15i5l>.